

Faria quer a autodissolução da Constituinte após um ano de atuação e eleições gerais

ANC ESTADO DE SÃO PAULO 3 JAN 1987

# Faria lutará por eleições gerais

A Constituinte deve cumprir suas tarefas no prazo de um ano, determinar sua autodissolução e a renúncia do presidente da República em 88 e convocar eleições gerais em seguida. Esta tese será defendida em Brasília pelo constituinte eleito pelo PTB, o advogado e radialista Arnaldo Faria de Sá, oitavo colocado (115 mil votos) na lista dos mais votados em São Paulo e desconhecido das tribunas parlamentares. O novo deputado assegura ter apoio suficiente para colocar sua idéia em discussão no congresso Constituinte. Antes, porém, terá de resolver um problema vital para seu futuro político: se o PTB aceitar compor uma frente de apoio ao governo Sarney, Faria garante que deixará o partido, transferindo-se para o PDT. "Ou o PTB faz oposição hoje ou perderá o bonde da história", proclamou.

Arnaldo Faria, com 41 anos, faz parte do grupo de deputados eleitos a partir da popularidade conquistada na televisão ou no rádio. Desde 78, ele trabalha na TV Record, como consultor, dando esclarecimentos sobre Imposto de Renda e Previdência Social, assuntos estratégicos para se conquistar votos na pequena classe média. Nos últimos anos, também participa de telejornais como comentarista. Embora nunca tenha pisado num recinto parlamentar, Faria já descobriu os segredos da atuação clientelista e passa boa parte do tempo "despachando" em um de seus dois escritórios políticos, encravados no seu reduto eleitoral, o bairro do Jabaquara, na Zona Sul de São Paulo.

Ali resolve problemas de inquilinos, brigas de vizinhos e desajustes profissionais, encaminhando os reclamantes, com o tradicional bilhetezinho ou um telefonema, ao delegado ou ao administrador do bairro. Todo esse ritmo será apenas diminuído quando tomar posse em Brasília.

## PROPOSTAS

A base da atuação constituinte de Faria será a defesa dos interesses das professoras e aposentados, os grandes injustiçados deste país. Para começar a igualar os direitos, ele pretende acabar com a aposentadoria parlamentar, "uma excessividade num país miserável como o nosso". Ao lado das propostas pessoais, ele já definiu o apoio a duas iniciativas atualmente nas mãos do deputado

fluminense Amaral Netto: a pena de morte para "crimes hediondos" e a diminuição para 16 anos da idade mínima para a responsabilidade criminal, medidas que ele acredita resolverão muitos problemas de segurança.

O deputado petebista não se mostra atemorizado em enfrentar as "raposas velhas" do Congresso e se perder em meio às articulações dos que sabem manejar as "regras da Casa". Ele confia na renovação registrada nesta eleição (60%) e na própria experiência de radialista, acostumado a trabalhar "ao vivo". É com essa confiança que pretende derrubar os decretos que deram origem ao Cruzado 2, durante o funcionamento paralelo do Congresso, que apoia. "Percebi uma grande receptividade entre os novos deputados à idéia de tentar rejeitar o Cruzado 2, inclusive dentro do PMDB. É a oportunidade dos parlamentares mostrarem que foram contrários à medida", argumentou.

Terminados os trabalhos constituintes, Faria pensa em se afastar do Congresso ("Só aceitel concorrer para participar da Constituinte"), atitude que ele gostaria de ver seguida por todos os eleitos. "Defendo que a Constituinte deve se auto dissolver, determinar o fim do atual mandato presidencial e convocar eleições gerais. Afinal, a Constituinte pode passar o Brasil a limpo e precisamos da oportunidade de começar do zero novamente. Já perdemos a chance de ter uma Constituinte pura, desvinculada de partido".

## PTB

"Se o PTB fizer qualquer acordo com o governo, saio do partido." Por trás da ameaça, disse o radialista, está "a minha revolta com o Cruzado 2. Depois disto, que foi uma deslealdade com o povo, estou em guerra declarada com o governo. Se o plano tivesse sido adotado antes das eleições, o quadro político seria outro. A atitude do governo foi repugnante e causa repulsa". Depois de disparar estas críticas, Arnaldo recomendou que o PTB ficasse na oposição "para não perder o bonde da História".

O novo deputado prevê um papel histórico para o PTB, desde que não deixe a oposição ao governo Sarney, um plano acautelado pelo ministro Marco Maciel e a maior parte da liderança petebista. Até o final do mês,

quando será realizada a convenção nacional do partido, a questão deve estar definida, espera Arnaldo. "Quem vai decidir são os deputados e a maioria não quer o acordo. O ano de 87 vai ser ruim para o governo — por que deixar um barco seguro e se transferir para um transatlântico fazendo água?", pondera pragmaticamente.

Ao analisar o futuro do PTB, o deputado incluí o candidato derrotado ao governo paulista, Antônio Ermírio de Moraes, e não considera definitivo o seu afastamento do partido. "Acho que passada esta fase de absorção do resultado, Ermírio deve ficar, mesmo com a permanência de Jânio Quadros. São duas figuras importantes para o PTB." Faria culpou o distanciamento de Ermírio em relação aos candidatos proporcionais, "cercado num cordão de isolamento pelos assessores luas-pretas", como o único responsável pela derrota.

## POLÊMICAS

Totalmente contrário às múltiplas ambições do deputado Ulysses Guimarães, para quem recomenda apenas a presidência da Constituinte, Faria já tem candidato para a presidência da Câmara: o ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra. Ele acha que a posição de confronto com Ulysses começa a dividir o PMDB, "que já segue a trilha do PDS". Mas ele aposta no surgimento de uma terceira candidatura, vinda do PFL mineiro, aproveitando a brecha do PMDB.

Arnaldo Faria tem algumas posições definidas sobre temas polêmicos, previstos para a Constituinte. Ele pretende uma reformulação total da reforma agrária, que deve ser estruturada a partir de cooperativas. O papel das Forças Armadas não pode ser político e deve se limitar à fiscalização das fronteiras "secas" do País, "totalmente desprotegidas, como no caso do Paraguai, o maior exportador de soja brasileira", comentou.

Ele quer a pena de morte e a diminuição da idade para a responsabilidade criminal. E prega a revisão da legislação sobre os meios de comunicação, retirando do Executivo a competência para a concessão de emissoras. "O próprio Congresso deve controlar os meios de comunicação e exercer o papel de regulador", defendeu.